

EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA PERSPECTIVA FREIRIANA

Lucélio Ferreira da Silva¹

Martha Milene Fontenelle Carvalho²

Mércia Maria Peixoto Xavier³

Nilma Vieira Milagres⁴

RESUMO

Este artigo tem como abordagem uma breve discussão sobre o livro de Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido* (1987), e sua influência enquanto uma proposta para pensar a inclusão escolar, permeando a relação dos conceitos de opressor e oprimido e a inclusão/exclusão de pessoas com deficiência. O presente trabalho justifica-se pela necessidade de promover debates e a análise de textos que contribuíram para a libertação do excluído e do oprimido. Percebemos, nesse processo, grandes contribuições na perspectiva da educação no âmbito social, cultural e inclusiva. Este artigo é uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo como metodologia uma análise de caráter bibliográfico, formando uma reflexão com a prática educativa que possibilite e contribua com a inclusão e libertação do excluído/oprimido.

Palavras-chaves: Inclusão, oprimido, pessoas com deficiência.

ABSTRACT

This article has as approach a brief discussion about Paulo Freire's book, *Pedagogia do oprimido* (1987), and its influence as a proposal to think about school inclusion, which permeates the relation between the concepts of oppressor and oppressed and the inclusion/exclusion of people with disabilities. The present work justifies its existence by the need to promote debates and the analysis of texts that have contributed to the liberation of the excluded and the oppressed. We perceived, in this process, great contributions from the perspective of education in the social, cultural and inclusive sphere. This article is a qualitative research, it has a methodology based on a bibliographic analysis, forming a reflection that enables and contributes to the inclusion and liberation of the excluded/oppressed.

Key-words: Inclusion, oppressed, people with disabilities.

¹Graduando em Letras pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Email: lucelioferreira@outlook.com.br

²Doutoranda em Letras na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN. Mestrado em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: marthainclusao@gmail.com

³Graduanda em Letras pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Email: merciax4@gmail.com

⁴Graduanda em Letras pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Email: nilmavieira39@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta apresentar algumas considerações e reflexões acerca da inclusão escolar de alunos com deficiência, tomando como base as ideias de Paulo Freire (1987), que apesar de não falar diretamente da inserção de pessoa com alguma deficiência no contexto escolar, apresenta em sua teoria aspectos relacionados ao tema proposto e defesa dos direitos de uma educação para todos. O presente trabalho justifica-se pela necessidade de promover debates e análise de textos que contribuíssem para libertação do excluído e do oprimido.

Freire (1987) é de um período anterior ao desenvolvimento da inclusão escolar brasileira, mas se adequa perfeitamente com o conceito de inclusão da atualidade. É apontada em seus trabalhos a importância da educação no processo de transformação, uma educação diferente, sendo libertadora e não opressora. A conduta antidiscriminatória e antissegregacionista de Paulo Freire coloca-o como um dos mais importantes teóricos com o modelo da inclusão social.

A educação inclusiva vem nas últimas décadas, ganhando notoriedade nos estudos e pesquisas. Há várias leis que legitimam o processo de inclusão escolar para todos, das quais podemos destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Constituição brasileira (1988), a Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) que são avanços importantes na legislação da educação inclusiva e reforçar o direito, acesso e permanência no contexto escolar.

Em algumas sociedades, como na Grécia antiga, o culto ao corpo, à perfeição e aos ideais atléticos levavam os deficientes a serem sacrificados ou escondidos. Em Esparta, as crianças com deficiências física ou intelectual eram consideradas subumanas e, por isso, abandonadas ou eliminadas. Ter deficiência representava uma condição de inferioridade, opressão, de direitos e de desempenho de funções sociais com valores culturais que refletem no pensamento, nas imagens, nas ações dos homens que direcionam valores que acabam ecoando em palavras, adquirindo, assim, um valor cultural segundo regras e normas estabelecidas no círculo de suas relações sociais.

Para uma melhor análise da história do excluído e do oprimido, do passado para o presente, objetivamos compreender como as ideias e perspectivas teóricas de Freire (1987) poderão influenciar a proposta de inclusão escolar, permeando a relação dos conceitos de opressor e oprimido e a inclusão/exclusão de pessoas com deficiência.

A análise do presente estudo segue com a apresentação da metodologia. Em seguida, apresentaremos um estudo sobre as pessoas com deficiências em sua trajetória histórica e política, seguido de uma análise da prática pedagógica atual na perspectiva inclusiva e da pedagogia do oprimido e sua relação com a pessoa com deficiência. Ainda, discutiremos a importância do diálogo para uma Educação Libertadora.

Metodologia

O artigo parte de uma pesquisa qualitativa e tem como metodologia o estudo bibliográfico que auxiliaram na compreensão e aprofundamento de ideias para formação da práxis. Em sua abordagem apresenta elementos qualitativos conforme afirma Oliveira (2014, 37) “[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objetivo de estudo em seu contexto histórico e/ ou segundo estruturação”.

A metodologia empregada em primeira instância foi o estudo bibliográfico onde afirma “A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e uma análise de documentos de domínio científicos tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos.” (OLIVEIRA apud Santos, 2014, p. 69) e tem como finalidade o contato direto com todos os tipos de fontes que estudaram a temática (OLIVEIRA, 2014).

Esse estudo, que utiliza como base a obra Pedagogia do Oprimido, além de outros textos, consiste em descrever sobre a perspectiva teórica de Freire (1987) em consonância com a inclusão escolar brasileira no intuito de compreender seus questionamentos e linhas de estudo em relação aos conceitos de opressor e oprimido em sua teoria para inclusão de pessoas com deficiência no decorrer dos primórdios até a contemporaneidade.

AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E POLÍTICA

A história das pessoas com deficiência no mundo varia de cultura para cultura e reflete em suas crenças, valores e ideologias atuantes nas práticas sociais de cada indivíduo e os seus modos de relacionamentos. Em sua etimologia a palavra deficiente é oriunda do latim *deficiens*, do mesmo étimo do verbo *deficere*, faltar, falhar e ao longo da história a humanidade teve diversas percepções a respeito da deficiência. Nesta perspectiva, Aranha (2005) observa que, para compreender amplamente o processo histórico, há que se conhecer os muitos caminhos já trilhados pelo homem ocidental em sua relação com a parcela da população constituída pelas pessoas com necessidades educacionais especiais.

No processo da organização da sociedade humana na história, é possível observar que ela é oriunda de um encadeamento contínuo de criação e recriação de classificação das pessoas.

E ao se retratar a educação para as pessoas com deficiência, especificamente, no decorrer da história é possível identificar atitudes sociais de discriminação e preconceito, fazendo deparar diante de posturas segregacionistas desde os tempos mais remotos até a civilização.

Se observa na história antiga que as pessoas com deficiência eram tratadas ou com rejeição e eliminação ou com assistencialismo e piedade do abandono. Nesse período no decorrer da Idade Pré-Cristã, as pessoas com deficiência eram consideradas seres diabólicos e sub-humanos, o que legitimava a eliminação das crianças que nasciam com alguma deficiência e o abandono daqueles que se tornavam deficientes na fase adulta, atitudes perfeitamente coerentes com os ideais atléticos, que serviam de base à organização sociocultural da época.

Nas civilizações romanas, em início da era cristã, segundo Sêneca, era permitido, a prática do infanticídio, tanto os nobres quanto os plebeus a sacrificarem asfixiados os seus filhos que nasciam com algum tipo de deficiência conforme é possível observar nos preceitos de Sêneca (Sobre a Ira, I, XV), filósofo e poeta romano nascido em 4.a. C descrito em texto MEC/ SEESP (1997):

Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se

forem débeis mentais ou anormais, nós afogamos; não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar os fortes e sãs daqueles que podem corrompê-las. (Sobre a Ira, I, XV in MEC/ SEESP. 1997, p. 14).

Essa prática de eugenia foi bastante utilizada durante o início da República romana como costume de necessidade política, e ao mesmo tempo uma espécie de profilaxia social ao tempo que a medicina desconhecia as causas da deficiência e pôr em método de prevenção.

Em Esparta não era muito diferente, pois o tratamento que se dava aos bebês que já nasciam com deficiências físicas ou intelectuais e as pessoas que adquiriram alguma deficiência eram a ser jogadas em precipícios ou lançadas ao mar, costume espartano utilizado antes do Cristianismo. As crianças com deficiência física ou intelectual eram consideradas subumanas e, por isso, abandonadas ou eliminadas.

Quando nascia um bebê em famílias importantes de Esparta, pelas leis da época, o pai era obrigado a levar a criança, ainda bem pequena, para que fosse apresentada e examinada por uma comissão oficial, formada por anciões, que se reuniam para conhecer o novo cidadão. As crianças que apresentassem qualquer de deficiência eram imediatamente abandonadas ao relento até a morte. (SILVA, 1987).

Os anciões anotavam todos os dados que identificavam a criança. Se ela fosse forte e saudável, era devolvida aos pais para que ficassem com ela até por volta dos sete anos, quando o estado tomava para si a tarefa de educá-la e transformá-la em um guerreiro. Quando a criança parecia franzina, esses mesmos anciões ficavam com a criança e levavam-na a um lugar chamado Apothetai que significava depósito. Trata-se de um abismo, em uma cadeia de montanhas próximas a Esparta, e lá a criança era lançada e acabava de encontrar a morte (SILVA, 1987).

Em consonância na Grécia antiga a sociedade procurava o culto a perfeição do corpo e a ideais atléticos e intelectuais como qualidades de uma civilização. Daí onde vem o desenvolvimento das práticas esportivas como objetivo da perfeição da forma física e do outro lado o avanço da Filosofia como aprimoração das faculdades intelectuais. Neste cenário é possível observar a dificuldade em que uma pessoa com deficiência, física ou intelectualmente sofria, pois, na sociedade o indivíduo era visto

por sua capacidade de servir a polis onde centrava o grande poder de sabedoria política das cidades-estados desenvolvidas pelos gregos.

Assim, nas sociedades desse período, especificamente a sociedade grega, as questões de políticas públicas eram desenvolvidas para formação desde o intelecto a estética do corpo e na questão da força em Esparta. As pessoas com deficiência nessa época eram sacrificadas ou escondidas, como relata o texto de Platão, descrito por Misés: “Quanto aos filhos de sujeitos sem valor e aos que foram mal constituídos de nascença, as autoridades os esconderão, como convém, num lugar secreto que não será divulgado”. (A Republica apud MEC/SEESP, 1997).

Por influência de Aristóteles, que definiu a premissa de que “ a igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desiguais, dando a cada um o que é seu”, em Atenas, as pessoas com deficiência eram amparados e protegidas pela sociedade.

Com o advento do cristianismo houve uma mudança na forma como as pessoas com deficiências eram tratadas pela sociedade em geral, a doutrina cristã foi muito importante, principalmente, os preceitos de amor ao próximo, do acolhimento e da universalidade dos direitos humanos passos importantes para dar novos alicerces às pessoas com deficiência na sociedade. Surge uma nova visão sobre as pessoas com deficiências graças a doutrina cristã que segundo Maranhão (2005, p.25):

[...] baseava-se na caridade-virtude que tinha como base o sentimento de amor ao próximo, o perdão, a humildade e a benevolência- conteúdo este pregado por Jesus Cristo e que, cada vez mais, conquistava sobremaneira os desfavorecidos. Entre estes estavam aqueles que eram vítimas de doenças crônicas, defeitos físicos e mentais.

A consolidação de uma doutrina fundada no sentimento de humildade, caridade e amor ao próximo, gerou a crença e a aceitação de que cada indivíduo passava a ser, independente de sua condição física ou intelectual, um ser criado por Deus e que acima de tudo deveria ser respeitado e tratado com igualdade aos demais na sociedade. No fim da Antiguidade, essa visão começa a mudar. Com o Cristianismo, a pessoa com deficiência passou a ter “alma” e assim não podia ser eliminado, abandonado ou maltratado porque isso seria inaceitável à moral cristã. Agora eles eram filhos de Deus e seres humanos como todos os outros.

Nos dias de hoje existem ainda alguns exemplos de maus tratos e discriminação, mas ao mesmo tempo já tem um amadurecimento maior das civilizações e avanços em temas ligados à cidadania e aos direitos humanos que provocam um novo olhar em relação às pessoas com deficiência. Vale ressaltar, que em 1880 e 1990 os surdos foram proibidos de usar a língua de sinais para não comprometer o aprendizado obrigatório da linguagem oral, Podendo ser observado, que seria uma das formas de exclusão, tirando da pessoa com deficiência o direito de aprender outra língua, ou seja, de um conhecimento mais além, fato este, sendo representado no Brasil, como uma emblemática dominação da cultura hegemônica de ouvintes sobre o grupo monetário de surdos o qual foi impedido de se desenvolver em sua cultura natural. Conforme Freire:

Ao Povo cabe dizer a palavra de comando no processo histórico-cultural. Se a direção racional de tal processo já é política, então conscientizar é politizar. E a cultura popular se traduz por política popular; não há cultura do Povo, sem política do Povo. (1987,p. 14).

Diante da história da pessoa com deficiência, no século XX, ainda com reação das ideias humanistas da Revolução Francesa, foi possível perceber que o indivíduo com deficiência, precisava de uma atenção especializada, uma vez que, fossem incluídas no espaço social, procurando uma solução para que pudesse amenizar, de fato a exclusão. Segundo Figueira, “Se até aqui a pessoa com deficiência caminhou em silêncio, excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981, Ano Internacional da Pessoa Deficiente, promulgado pela ONU, passou a se organizar politicamente” (FIGUEIRA, 2008).

Em depoimento, Sasaki (1997) conta que “pela primeira vez surgiu a palavra pessoa para conferir dignidade e identidade ao conjunto das pessoas deficientes”. (LANNA JÚNIOR, 2010). Nessa perspectiva, faz-se uma importante colocação de um pensamento relevante do indivíduo com deficiência:

O movimento culmina com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pelo Brasil, A participação direta e efetiva dos indivíduos não foi fruto do acaso, mas decorre do paulatino fortalecimento deste grupo populacional, que passou a exigir direitos civis, políticos, sociais e econômicos. (GARCIA, 2011).

Segundo RIBAS (1989, p. 15), “um corpo com órgão ‘deficiente’ não é um ‘corpo social’ bem estruturado e em ordem. Dessa forma, não é toda sociedade que estaria fragmentada, mas apenas uma parte dela seria considerada “fora do normal”. As pessoas com deficiências, ainda são discriminadas e excluídas socialmente, preconceitos existem dificultando os relacionamentos e a inclusão. Existem várias possibilidades de encontrar dificuldade de permanência em muitos espaços, falta de acessibilidade física e pedagógica nos ambientes.

A convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006, de acordo com a resolução 61/106 da Assembleia Geral, mas só entrou em vigor em 03 de maio de 2008. No Brasil, o Decreto 186/2008 foi publicado em 10/07/2008.

O conceito está no artigo 1º da referida convenção sobre os Direitos das Pessoa com Deficiência:

Pessoas com deficiência são aquelas que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A pessoa com deficiência poderá apresentar assim alguns impedimentos que deverão ser transpostos a fim de promover a sua plena participação em todos os espaços. A garantia de igualdade de condições está prevista legalmente em várias políticas inclusivas, como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Constituição brasileira (1988), que reafirmam essa legalidade no contexto atual. Contudo, não foi sempre que as mesmas tiveram esses direitos garantidos.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA ATUAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Ao longo da história, o atendimento à pessoa com deficiência apresentou diferentes características, sendo na maioria das vezes tratada de maneira segregadora ou complementar ao ensino regular e em centros de reabilitação. No caso do Brasil, a partir da segunda metade do século XIX começaram a surgir escolas especializadas para atender as demandas dessa parcela da população. Foi o caso do Instituto Benjamin Constant (1854) voltado para o atendimento para pessoas com

deficiência visual; ou das APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (1954), onde eram realizadas atividades de vida diária.

Conforme a LDB 9.394/96, em seu art. 59, a educação especial corresponde aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super-dotação. No que diz respeito à pessoa com deficiência da segregação a exclusão:

A história da atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela consequente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico focalizado. No decorrer da História da Humanidade foram se diversificando a visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência. A forma de pensar e por consequência a forma de agir com relação à deficiência enquanto fenômeno e à pessoa com necessidades educacionais especiais enquanto ser modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sócio históricas. (ARANHA, 2005, p. 5).

Nos dias atuais indivíduos/educandos com deficiência, conseguiram conquistar a garantia de seus direitos, o que por muito tempo não viveram essa realidade, sendo excluído do seu espaço. Utiliza-se da argumentação.

Os indivíduos com deficiências, vistos como “doentes” e incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando, no imaginário coletivo, a posição de alvos da caridade popular e da assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito à A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão na educação. Ainda hoje, constata-se a dificuldade de aceitação do diferente no seio familiar e social, principalmente do portador de deficiências múltiplas e graves, que na escolarização apresenta dificuldades acentuadas de aprendizagem. (BRASIL, 2004, p. 322).

É de suma importância lembrar ainda que:

Percorrendo os períodos da história universal, desde os mais remotos tempos, evidenciam-se teorias e práticas sociais segregadoras, inclusive quanto o acesso ao saber. Poucos podiam participar dos espaços sociais nos quais se transmitiam e se criavam conhecimentos. A pedagogia da exclusão tem origens remotas, condizentes com o modo como estão sendo construídas as condições de existência da humanidade em determinado momento histórico. (BRASIL, 2004, p. 322).

A segregação escolar acabava sendo vista como uma forma de preconceito para aqueles alunos, que não eram vistos dentro dos “padrões da normalidade” no espaço escolar e também social, acabava-se tendo esse distanciamento inclusivo de

um espaço igualitário para todos onde priva o contato social dos alunos com deficiência, tornando-os incapazes no exercício de suas capacidades motoras, autonomia e dignidade.

Escola inclusiva é, aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. A educação inclusiva tem a perspectiva de promover a transformação da sociedade e a participação qualificada de todos os alunos (com e sem deficiência) nas instituições de ensino regular. Nesse sentido, é fundamental que os professores tenham conhecimento das necessidades de todos os educandos, para então desenvolver ações pedagógicas que promovam aprendizagens significativas a esses sujeitos. Mantoan (2003, p 32) afirma que:

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

Demorou muito para que o mundo, e principalmente o Brasil vissem que a educação é um direito igual de todos. E que com ela o deficiente poderia ser integrado à sociedade, obtendo uma melhora significativa em seu desenvolvimento. No Brasil as leis beneficiaram bastante ao acesso à educação de pessoas com deficiência, contudo o que é visto na prática é diferente, pois muitas escolas ainda não estão preparadas para receber essa clientela. O homem aprendeu que todos devem ter oportunidades iguais, podendo assim ter uma vida digna como qualquer outra pessoa.

A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO E A RELAÇÃO COM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Freire (1987) em seu livro *Pedagogia do Oprimido* traz a importância de uma pedagogia libertadora, que tem como temática central a libertação dos oprimidos frente aos opressores, de uma pedagogia que modifica um ser passivo em reflexivo, onde sua realidade e a dos outros é transformada, uma didática que cada ser compreenda a sua relevância para a humanidade. O advento de suas contribuições

no contexto educacional trouxe as oportunidades de conscientização crítica no modo de agir e refletir.

Pensar em Paulo Freire é entender uma educação melhor, podendo refletir sobre o oprimido conseguir compreender a luta da inclusão social. Visando assim, uma atitude transformadora, sobre a opressão e suas causas. Freire, 1987, p. 20 diz: “ E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos”.

No entanto, o autor refere-se a compreender uma situação concreta do opressor e do oprimido, de suas formas de ser, pensar sobre a estrutura da dominação, uma visão de si e da sociedade. Freire, afirma que:

“Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática”. (1987,p. 33)

É grande o desafio dos professores no processo de inclusão com alunos com deficiência, ou seja, a existência de um impedimento na aprendizagem, alunos com necessidades de recursos e serviços educacionais diferenciados dentro do contexto escolar, onde se tenha que buscar dentro do sistema educacional, novos caminhos para oferecer recursos e serviços adequados para cada indivíduo.

Acreditar na transformação do mundo pela ótica de Paulo Freire é acreditar na capacidade de todos os seres humanos alimentam juntos o ideal da mudança, onde opressores e oprimidos se façam livres do preconceito, da discriminação e da injustiça. Para Freire:

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é praticada da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. (1987, p.70).

A escola inclusiva depende de adaptações de grande e médio porte com o objetivo de inserir esses alunos com deficiência de forma eficaz e humana e os professores devem buscar um ensino que vise o respeito mútuo aos alunos, mostrado que todos são iguais, buscando “ liberdade, igualdade e fraternidade” dentro da sala

de aula, procurando exercer o seu papel com justiça e solidariedade, eliminando todo e qualquer tipo de discriminação com o objetivo de formar cidadãos conscientes para o convívio com as diferenças. Assim, os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se com a práxis, com sua transformação.

Na possibilidade de pensar a teoria e prática em uma perspectiva Freiriana e inclusiva, destacamos o trabalho da escola Cieja Campo Limpo, localizada em São Paulo, que busca o resgate das ideias do educador Paulo Freire. A escola propõe o diálogo, a valorização dessas práticas, contemplando autonomia, aprendizagens significativas partindo da experiência, da realidade da rotina de cada aluno, possibilitando a criticidade desse aluno frente à realidade em que está inserido, além de ter como ponto de partida a inclusão,

A escola recebe mais de 1.500 alunos por dia, a maioria são jovens: cerca de 65% dos estudantes têm entre 15 e 17 anos. Também são alunos adultos que decidiram retomar os estudos, pessoas com deficiência, jovens expulsos de outras instituições ou que estudam durante o dia para, à noite, voltar a centros de atendimento socioeducativos. (Gravatá, 2013,p.29)

A educação de Paulo Freire é considerada utópica, e não deveria ser assim vista, já que é possível, por propor a reinvenção do mundo sobre os princípios da democracia que não se restringem ao direito de alguns em contrapartida à exclusão de outros, passa pela conjuntura sócio político cultural onde todos os educandos tenham igualdades de oportunidades e direito de acesso e permanência e uma educação de qualidade para todos independente de suas características pessoais onde não haja discriminação e preconceitos aos educandos, especialmente, aqueles com condições físicas, mentais ou sensoriais diferentes dos demais. O homem pode transforma-se e transformar seu contexto social.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (Freire, 1987, p.29).

Defendendo uma educação para todos, Freire (1987), defende a educação inclusiva, em que não se restringe aos educandos com deficiência, mas formar-se

uma genuína pedagogia da inclusão, justificada no princípio da dialogicidade, proposta pelo autor, em sua práxis libertadora traz a origem da educação inclusiva, que não aceita o nivelamento dos alunos decorrentes do sistema escolar tradicional.

A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO PARA UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Quando freire opina sobre a liberdade, ele trata não apenas como um direito constitucional, mas também como uma consciência de um direito de um pensamento livre.

Raro, porém, é o que manifesta explicitamente este receio da liberdade. Sua tendência é, antes, camuflá-lo, num jogo manhoso, ainda que, às vezes, inconsciente. Jogo artificioso de palavras em que aparece ou pretende aparecer como o que defende a liberdade e não como o que a teme. (FREIRE, 1987, p. 24).

È notório que dentro de cada indivíduo que sofre existe um opressor e para que seja desenvolvida a pedagogia livre, faz -se necessário que o oprimido compreenda que existe um opressor dentro dele, para que, quando deixar de ser oprimido não se torne um opressor, ou seja:

“O grande problema está em como os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestação da desumanização. ” (FREIRE, 1987, p. 32).

A conversa com os oprimidos é um compromisso para a libertação, que resulta a mudança da realidade, porque os homens são diálogo são indivíduos de sociabilidade, assim, como uma investigação reflexiva e crítica sobre o meio social. Na perspectiva do autor “só há diálogo com um profundo amor ao mundo, e aos homens, com humildade sincera e mediante a fé no poder de criar do homem”, acontecendo assim um ato de criação recriação compromisso e coragem confiança, e luta e liberdade.

O opressor só se solidariza com os oprimidos quando o seu gesto deixa de ser um gesto piegas e sentimental, de caráter individual, e passa a ser um ato de amor àqueles. Quando, para ele, os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser os homens concretos, injustiçados e roubados. Roubados na sua palavra, por isso no seu trabalho comprado, que significa a sua pessoa vendida. Só na plenitude deste ato de amar, na sua existencição, na sua práxis, se constitui a solidariedade verdadeira. [...]. (FREIRE, 1987, p.36).

Dessa forma, a educação é conceituada como um instrumento de opressão, tendo em vista o método de aprendizagem sendo o tradicional, em que o professor é o centro autoritário o aluno somente o receptor, em ter o direito de se expressar, nem tão pouco questionar com o discente sua opinião. É relevante quando o autor descreve que o processo de ensino é caracterizado apenas pela oralidade onde o aluno somente escuta e decora, para assim ser usado cotidianamente, ou seja, um método repetitivo pronto e acabado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Freire (1987) prega uma educação comprometida em conscientizar a humanização dos sujeitos, onde denuncia a opressão, desumanização das sociedades de classes excluídas através dos seus pensamentos políticos-pedagógicos lutando por um país mais favorecido a partir dos oprimidos. Sendo os excluídos seu público alvo para garantir sua autonomia e inclusão diante uma nação que sempre excluiu seu povo.

Nos seus trabalhos apesar de Paulo Freire não ter trabalhado em sua teoria a especificidade de uma educação inclusiva, os seus conhecimentos diante da educação configuram para a formação da temática onde Freire aborda uma proposta educacional libertadora em que o ensinar deve ser dialógico, transformador e crítico, como participação ativa de educação para todos.

Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire propicia uma franca interlocução a respeito com os alunos da educação inclusiva, em virtude de que nas salas da educação se encontram excluídos. O ambiente escolar em sua instância pode ou não contribuir para o meio opressor, pois cada pessoa carrega consigo suas identidades, culturas, valores ideológicos próprios que intervém na educação.

O caráter do diálogo como desenvolvimento educativo libertador apresentado por Freire resgata a humanização do oprimido restituindo-lhe a condição de seus direitos sociais que fundamenta a práxis libertadora. Portanto ao analisar a educação brasileira na visão freiriana vai muito além de definir o opressor e o oprimido é resgatar uma educação para todos, onde a conscientização, autonomia, liberdade, diálogo e a igualdade estejam presentes como direitos do cidadão.

REFERÊNCIAS

- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 6ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- RIBAS, J.B.C. **O que são pessoas deficientes?** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MEC/SEESP. **Programa de capacitação de recursos humanos do Ensino Fundamental – Deficiência Mental**. (Org.) Erenice Natália Soares Carvalho. Brasília: SEESP, 1997.
- SILVA, O. M. **A Epopeia Ignorada. (A Pessoa Deficiente na História do Mundo Ontem e Hoje)**. São Paulo; CEDAS, 1987.
- MARANHÃO, Rosanne de Oliveira. **O portador de deficiência e o direito do trabalho**. São Paulo: LTR, 2005.
- MISÉS, R. **A criança deficiente mental – uma abordagem dinâmica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- FIGUEIRA, Emilio, **Caminhando em Silêncio: Uma introdução à trajetória da pessoa com deficiência na história do Brasil**. São Paulo, Giz Editorial, 2008.
- GARCIA, Vinicius Gaspar. **As pessoas com deficiência na história do Brasil**. 2011 Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/pcd-brasil> Acesso em: 22 janeiro 2015.
- LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto – Secretaria de Educação Especial. CARVALHO, Erenice Natália Soares. **Educação Especial – Deficiência Mental**. Brasília, SEESP, 1997.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei n. 9.394/96
- BRASIL. **Plano Nacional da Educação/ Lei n. 10.172/2001**.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: 2005. Disponível em: <

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016. BRASIL.

BRASIL. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais**. Orientações gerais e marcos legais. Brasília: 2004. 353 p.

BRASIL. **Educação inclusiva** : v. 3 : a escola / coordenação geral SEESP/MEC ; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990). Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL. **Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 2015**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Brasília - Janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>

Volta ao mundo em 13 escolas / André Gravatá... [et al.]. São Paulo : Fundação Telefônica : A. G., 2013

Recebido em março de 2021

Aprovado em maio de 2021